



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO
ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA
LEGISLATURA.

No vigésimo sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Mauro Freitas parabenizou o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o senador Jäder Barbalho, que aniversariavam neste dia, e a sua esposa e colaboradora Alice Freitas, também aniversariante na data. Expressou depois sua felicidade pela rejeição na Câmara Federal, na quarta-feira anterior, da Proposta de Emenda à Constituição nº 05/2021 (PEC 05/2021), que limitava os poderes do Ministério Público, facilitando a corrupção. A ideia de que os políticos são corruptos é amplamente disseminada na sociedade, comentou, e os políticos honestos pagam pelas ações dos desonestos. Por isso, ressaltou, é essencial manter em funcionamento os mecanismos e instituições de combate à corrupção. Disse ter ficado alarmado com a sanção sem vetos do presidente Jair Bolsonaro, no dia anterior, ao projeto de lei que flexibiliza a lei da improbidade administrativa. Destacou que a PEC 05/2021 foi rejeitada por uma pequena margem, somente onze votos. Com um pouco mais de articulação política, o projeto pode ser reapresentado e aprovado, estimou, considerando preocupante essa possibilidade. A fiscalização dos gestores é indispensável, defendeu, argumentando que as pessoas de boa índole não devem se preocupar com as instituições de controle. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Moa Moraes e Fabrício Gama. Fábio Souza julgou perigoso mexer com a autonomia do Ministério Público, instituição ligada às causas populares. A PEC 05/2021, explicou, estabelecia que o corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP fosse indicado pelos parlamentares, comprometendo a independência do Ministério Público. Salientou depois a complexidade do processo licitatório para a aquisição de alimentos como a causa principal das dificuldades enfrentadas pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE no fornecimento da merenda escolar em Belém. Em mais de 40% dos processos licitatórios realizados em nível municipal e federal, informou, as empresas declinam antes de serem adjudicadas. Nesse caso, deve ser feita uma segunda chamada e somente na terceira chamada, se ocorrer, as normas permitem a contratação direta, explicitou. Reportou em seguida ter visitado a área onde seria inaugurado, ainda de forma provisória, o Espaço Criança na orla de Icoaraci, abrigando os brinquedos dos ambulantes. Historiou ter apoiado a demanda dos proprietários dos brinquedos, organizados na Associação dos Trabalhadores de Entretenimento e Ambulantes de Icoaraci – Asteai, que reivindicavam um espaço para exercer suas atividades, após serem desalojados das calçadas onde atuavam com a revitalização da orla. Procurou então a Secretaria Municipal de Economia – Secon para resolver o problema, relatou, e foi atendido, encontrando-se uma solução, que ainda era paliativa, pois o Espaço Criança seria transferido posteriormente para a área do estacionamento. Elogiou o secretário municipal de Economia, Apolônio Parente Brasileiro, e a diretora superintendente da Semob, Ana Valéria Ribeiro Borges, qualificando-os como pessoas espetaculares. Avaliou que o prefeito Edmilson Rodrigues acertara em cheio ao chamá-los para compor sua equipe. Reconheceu os problemas existentes no transporte público em nossa cidade e a necessidade de disciplinar o trânsito, coibindo as transgressões cometidas pelos entregadores. Concebeu, porém, que a diretora superintendente da Semob seria muito útil na solução dessas situações. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Zeca Pirão e Roni Gás. Matheus Cavalcante sobrelevou ser necessário instalar nesta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar o transporte público em Belém, julgando-o caótico. Apesar da baixa qualidade do serviço, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém – Setransbel pleiteava a majoração no preço das passagens, apontou. Ponderou que a CPI permitiria dar maior transparência em relação aos custos para as empresas e ao

cálculo do valor da passagem. Tratou depois do desemprego, que assolava o Brasil, considerando-o um reflexo das políticas adotadas em nosso país. As reformas estruturais essenciais ao crescimento econômico, beneficiando o empreendedorismo e os investimentos geradores de emprego e renda, não foram realizadas e chegamos à alarmante marca de 14 milhões de desempregados, indicou. Divulgou a realização de uma audiência pública, em 18/11/2021, por meio da Comissão de Indústria e Comércio desta Casa e com a iniciativa do vereador Augusto Santos, para discutir sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e medidas para impulsionar os pequenos e microempreendedores. A taxa de desemprego entre os jovens é o dobro da taxa geral e eles constituem a maioria da população carcerária, frisou, assinalando que esses dados evidenciavam a falta de políticas públicas para a juventude. Em aparte, manifestou-se o vereador Amaury da APPD. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PT, Bia Caminha festejou o aniversário do ex-presidente Lula, que completava nesta data 76 anos de vida. Inteiro ter acompanhado o período em que Lula foi injustamente encarcerado, vítima de perseguição política, opinou. Esteve nas manifestações de apoio ao ex-presidente na época, indo a Brasília, começando a atuar politicamente nesse período, participou. Externou ter muito orgulho de saber que Lula estava livre, fora inocentado após sofrer um processo injusto. Aludiu depois à aceitação por uma banca examinadora no Centro Universitário do Pará – Cesupa, no dia anterior, de um trabalho acadêmico questionando a constitucionalidade do casamento homoafetivo. Tal produção é de uma violência extrema para com as pessoas que amam outras pessoas do mesmo gênero, percebendo-se nela o ódio, além de atentar contra a Constituição Federal, ajuizou. O direito de expressão tem limites, pois não podemos nos expressar praticando violência contra outros seres humanos, assinalou. Noticiou que, após uma tarde e uma noite de intensa mobilização nas redes sociais, o Cesupa recuou e decidiu que o trabalho não seria apresentado na Semana Jurídica daquela instituição de ensino. Lembrou que a Universidade Federal do Pará – UFPA passara por um processo semelhante. Na época, continuou, era dirigente do Diretório Central dos Estudantes – DCE e organizaram uma marcha, fizeram um ato em protesto e reuniram-se com o reitor. Continuariam sempre a levantar-se contra qualquer ameaça às suas vidas, pois os agressores não passariam, garantiu. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Fabrício Gama retomou o tema do desemprego entre os jovens, divulgando o programa Primeiro Emprego, criado pelo governador Hélder Barbalho havia um mês. Houve a adesão de várias empresas que empregaram quase quinze mil jovens em todo o estado, notificou, e elas receberiam, em contrapartida, incentivos do governo estadual. Parabenizou o governador por mais um programa de sucesso em sua gestão. Citou outros programas sociais do governo estadual em benefício da população mais pobre – CNH Pai D'Égua, Água Pará e Usinas da Paz. Declarou que votaria favoravelmente ao projeto da PMB que seria discutido e votado em sessões extraordinárias neste dia, pois ele adequaria a Fundação Papa João XXIII – Funpapa à legislação federal, dando-lhe acesso a créditos e recursos para investimentos em programas sociais. Parabenizou o deputado federal José Priante (MDB – PA) por garantir verba necessária à construção do terminal fluvial de Icoaraci, destinando quatro milhões de reais em emenda parlamentar, sendo seis milhões fornecidos pelo governo do estado. O governador Hélder Barbalho disponibilizaria recursos para a recuperação da orla de Icoaraci e o deputado Priante também destinaria verbas em emendas parlamentares para essa finalidade, acrescentou. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante festejou a indicação de uma mulher para presidir a Associação Comercial do Pará – ACP pelos próximos dois anos. Avaliou que a dependência financeira e a diferença salarial no exercício das mesmas funções geram a submissão das mulheres aos homens e que uma das formas de empoderamento feminino é o acesso à renda. A esse respeito, recordou ter sido aprovada nesta Casa a criação da Semana do Empreendedorismo Feminino, projeto de lei do vereador Augusto Santos. Fez referência depois à análise feita pelo Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará – Sindifisco/PA da distribuição da quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS entre os municípios paraenses. Advertiu haver, segundo o Sindifisco, discrepâncias na divisão desses recursos, exemplificando que, no ano anterior, o município de Parauapebas recebeu por habitante a quantia de 2220 reais, enquanto Belém recebeu por habitante somente 180 reais. Alertou para algumas consequências funestas para nossa capital dessa partição injusta – falta de recursos para investimento em obras estruturantes, na construção de escolas e hospitais e na melhoria de vida da população. Em relação à mobilidade urbana, sustentou ser primordial desenvolver o transporte multimodal, englobando não apenas os ônibus, mas também outras formas de condução, como o transporte fluvial. Mencionou, em seguida, ter protocolado requerimento solicitando a realização de uma sessão especial em comemoração ao Dia Nacional dos Conselheiros Tutelares. Lamentou que o Pará tivesse um dos maiores índices de abuso infantil do país, sendo a região da Ilha do Marajó uma das que menos consegue garantir os direitos das crianças e adolescentes. Desse modo, o trabalho dos conselheiros tutelares na região marajoara e em nosso município é de fundamental importância, acentuou. Pediu posteriormente apoio a seus pares para a aprovação de outro requerimento de sua autoria solicitando o comparecimento a este parlamento da secretária municipal

de Educação, senhora Márcia Mariana Bittencourt Brito, para prestar esclarecimentos quanto à falta de merenda escolar nas escolas e creches municipais de Belém. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bieco. Pela liderança do PSOL, Lívia Duarte cientificou ter sido aprovado neste dia pelo Centro para Controle e Prevenção de Doenças – CDC o uso por crianças de 5 a 11 anos nos Estados Unidos da vacina contra a covid-19 produzida pela Pfizer. Ponderou que, assim sendo, brevemente também seria incluída a vacinação de crianças dessa faixa etária em nosso país. Tal resultado é importante, denotou, porque a variante delta da pandemia não é facilmente detectada nos testes e a Secretaria Municipal de Saúde – Sesma orienta as pessoas a procurar um médico e a entrar em isolamento se apresentarem sintomas, havendo pouco conhecimento quanto ao impacto dessa variante nas crianças. Memorou ter sido realizada em Belém a campanha pela vacinação de lactantes, pois isso imunizava também os bebês contra a doença. Classificou depois como um absurdo a aprovação no Centro Universitário do Pará - Cesupa do trabalho acadêmico questionando a constitucionalidade do casamento homoafetivo, tema tratado anteriormente pela vereadora Bia Caminha. O trabalho já estava em banca, enfatizou, sendo retirado somente devido à grande repercussão negativa e aos questionamentos nas redes sociais. Todo conhecimento deve servir à garantia de direitos e não para retirá-los, pontificou. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas fez menção à realização das prévias do partido, no próximo dia 21 de novembro, para a escolha do candidato a presidente da República, declarando que, assim como o vereador Moa Moraes, votaria em João Dória. Qualificou depois como um grave erro o presidente Jair Bolsonaro sancionar, no dia anterior, as alterações na Lei da Improbidade Administrativa. As mudanças feitas nessa legislação constituem o maior retrocesso no combate à má conduta dos agentes públicos, reputou, pois deixa de haver improbidade administrativa em casos de imperícia, imprudência e negligência – atos culposos – ocorrendo improbidade somente em atos dolosos, intencionais. Houve também a retirada de poderes do Ministério Público na apuração desses fatos, completou. Em aparte, manifestou-se o vereador Allan Pombo. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Bieco pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando a convocação da secretária municipal de Educação, senhora Márcia Mariana Bittencourt Brito, a este parlamento para prestar esclarecimentos sobre a falta de merenda escolar no município de Belém. Fizeram encaminhamentos os vereadores Zeca do Barreiro e Fernando Carneiro. Em seguida, o vereador Matheus Cavalcante pediu Questão de Ordem e solicitou a retirada do requerimento. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Túlio Neves solicitando a realização de uma sessão especial, no dia 18/11/2021, em celebração ao Dia Nacional dos Conselheiros Tutelares. Fizeram encaminhamentos os vereadores Túlio Neves, Matheus Cavalcante, Juá Belém, Fábio Souza (com aparte do vereador Lulu das Comunidades), Miguel Rodrigues, Zeca do Barreiro, Gleisson Silva e Fabrício Gama. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos favoráveis. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o presidente Bieco solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Altera a Lei nº 9411, de 18 de dezembro de 2018, que ‘Institui no município de Belém o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal que circulam no trânsito em áreas urbanas’”, constante no Processo nº 1949/2019, de autoria do vereador Mauro Freitas. Na discussão, pronunciaram-se os vereadores Mauro Freitas, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Matheus Cavalcante, Lívia Duarte, Fernando Carneiro, Fábio Souza, Enfermeira Nazaré Lima e Fabrício Gama. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. O vereador Mauro Freitas pediu depois Questão de Ordem dizendo que retiraria a emenda que fizera ao projeto estabelecendo um prazo de dois anos e meio para a proibição da circulação de veículos movidos à tração animal em áreas urbanas se o vereador Renan Normando retirasse sua emenda estabelecendo o prazo de três anos para essa proibição. Em resposta, o vereador Renan Normando pediu ao vereador Mauro Freitas que suspendesse o projeto para discutir a questão. O vereador Mauro Freitas não acedeu a essa solicitação. Foi feita então a leitura da emenda de autoria do vereador Renan Normando e a leitura da emenda do vereador Mauro Freitas. Posteriormente, o vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem, retirou sua emenda e solicitou a prorrogação da sessão por mais uma hora para finalizar a votação do projeto. O presidente respondeu que a prorrogação da sessão não seria possível porque seriam realizadas sessões extraordinárias, a partir das doze horas, em regime de tantas sessões quantas fossem necessárias, para discutir e votar projeto de lei do Executivo Municipal. Posta em votação, a emenda do vereador Renan Normando foi rejeitada, com dezessete votos contrários, oito votos favoráveis e quatro abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Renan Normando, Mauro Freitas, Miguel Rodrigues, Fábio Souza e Matheus Cavalcante. O vereador Fabrício Gama pediu depois Questão de Ordem solicitando que a sessão fosse prorrogada até as doze horas visando finalizar a votação do projeto. Posta em votação, esta proposição foi aprovada pela

plenária. Em seguida, o vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto e as demais emendas feitas a ele fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação não foi aprovada. Fez-se posteriormente a leitura da emenda aditiva de autoria do vereador Mauro Freitas. Posta em votação, a emenda foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos favoráveis e sete abstenções. Em seguida, o presidente Bieco encerrou a sessão, às doze horas, ficando o projeto em votação. Estava licenciado o vereador Josias Higino. Justificaram suas ausências os vereadores Blenda Quaresma, Dona Neves, Émerson Sampaio e Pablo Farah. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Renan Normando, Roni Gás, Miguel Rodrigues e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Neném Albuquerque, John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Juá Belém, Augusto Santos e Goleiro Vinícius, pela bancada do Republicanos; Livia Duarte, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bieco, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 27 de outubro de 2021.



1ª Secretária



Presidência



2º Secretária